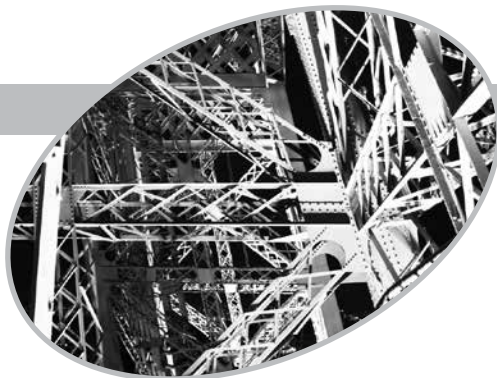


Sociabilidades gerenciadas: o discurso tecnológico e a despotencialização do Imaginário¹



Edilson Cazeloto

*Doutor em Comunicação e Semiótica
Professor do Programa de Pós-graduação em
Comunicação da Faculdade Cásper Líbero
E-mail: edcazeloto@yahoo.com.br*

Resumo: Este artigo destina-se a explorar as relações entre tecnologia, discurso e sociabilidade. Partindo da Teoria Crítica da Tecnologia, de Feenberg, o texto sustenta que todo objeto técnico possui uma sociabilidade inerente: valores e representações do mundo são “codificados” nos aparatos, induzindo certos tipos de relações sociais em detrimento de outras, igualmente possíveis. Assim, o “discurso tecnológico” aparece como uma forma de despotencialização do Imaginário, para reproduzir sociabilidades compatíveis com as premissas do modo de produção capitalista.

Palavras-chave: Teoria crítica da tecnologia, discurso tecnológico, imaginário.

Gestionado sociabilidad: el discurso tecnológico y la pérdida de poder de lo Imaginario

Resumen: Este artículo tiene la intención de explorar la relación entre la tecnología, discurso y sociabilidad. Desde la Teoría Crítica de la Tecnología, de Feenberg, el trabajo sostiene que todo objeto técnico tiene una sociabilidad inherente: valores y representaciones del mundo están “codificados” en los aparatos, induciendo ciertos tipos de relaciones sociales a expensas de otras, igualmente posibles. Así, el “discurso tecnológico” aparece como una forma de pérdida de poder de lo Imaginario, es decir, una estrategia para contener la ingravidez sociales, conduciendo las expectativas de los sujetos a reproducir la sociabilidad consistente con los supuestos y requerimientos del modo de producción capitalista.

Palabras clave: Teoría crítica de la tecnología, discurso tecnológico, imaginario.

Managed Sociabilities: technological discourse and disempowerment of the Imaginary

Abstract This article intendeds to explore the relationship between technology, speech and sociability. From Feenberg’s Critical Theory of Technology, the paper argues that all technical object has an inherent sociability: values and representations of the world are “encoded” in the apparatuses, inducing certain types of social relations at the expense of other, equally possible. Thus, the “technological discourse” appears as a form of disempowerment of the Imaginary or a strategy to contain the social weightlessness, interfering at expectations of the subjects to reproduce sociabilities consistent with the assumptions and requirements of the capitalist mode of production.

Keywords: Critical theory of technology, technological discourse, imaginary.

● Técnica, tecnologia, objeto técnico

No senso comum, a tecnologia refere-se apenas a um conjunto de artefatos produzidos a partir do desenvolvimento da eletroeletrônica e, mais recentemente, da informática. Outros artefatos, como um martelo ou um arado, são reconhecidos apenas como “instrumentos” e “ferramentas” que parecem referir-se a uma época “pré-tecnológica”. Essa maneira valorativa de conceber uma tecnologia específica como sendo “a” Tecnologia denuncia a hegemonia de uma lógica social que coloca o computador e seus derivados como elemento central e indispensável nas relações humanas. Cada vez mais, a informática submete o social a seus imperativos, criando formas específicas de ser e estar no mundo, assim como relações humanas inerentes à mediação das telas.

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação e Sociabilidade do XXIII Encontro Anual da Compós, na Universidade Federal do Pará, Belém, de 27 a 30 de maio de 2014.

Se formos concordar com Gilbert Simondon e seu apelo pela “salvação da técnica”, creio ser necessário, em primeiro lugar, partir de uma discriminação mais precisa e menos publicitária do fenômeno e garantir que não estejamos tomando a “nossa” tecnologia como a única possível. Minha intenção não é a de deduzir categorias ou conceitos universais e exaustivos. Mais modestamente, interessa-me construir algumas ferramentas conceituais, provisórias e instrumentais, que

Uma definição precisa e rigorosa de “objeto técnico” é, portanto, uma tarefa mais espinhosa do que pode parecer em um primeiro momento



permitam enxergar o lugar da tecnologia nas sociedades com um pouco mais de clareza e rigor. Para isso, parece-me adequado distinguir três categorias que, a meu ver, confundem-se na linguagem cotidiana: vou chamá-las de “tecnologia”, “técnica” e “objeto técnico”.

De início, utilizarei o termo “técnica” para definir *um conjunto de saberes, formalizados ou não, articulados para o cumprimento de objetivos determinados*. A técnica, portanto, ocupa uma posição abstrata e cognitiva: ela é passível de ser conhecida, ensinada e aperfeiçoada. Em muitos casos, para concretizar-se como *atividade*, as técnicas pressupõe o uso de artefatos. Esses artefatos podem ser utilizados como condição necessária da técnica (cortar madeira, por exemplo, é uma atividade que não pode ser concretizada sem o empenho de serrotes ou objetos semelhantes) ou como seu complemento, visando melhorar uma performance específica (uma serra elétrica aumenta a velocidade e a precisão do corte, quando comparada a um serrote manual, mas a madeira pode ser cortada sem uma serra elétrica).

Embora sejam muitas as tentativas de definição de *tecnologia*, a partir dos mais variados enfoques e tradições, parece que a expressão refere-se ao modo como certos conhecimentos (principalmente oriundos das ciências) são articulados para constituir artefatos dedicados ao cumprimento de certas funções. Enquanto a ciência preocupa-se em descrever como o mundo “é”, a tecnologia tenta prescrever como ele “poderia ser” (Franssen; Lokhorst; Van de Poel, s/d).

Portanto, a tecnologia está associada a uma visão pragmática e instrumentalista, devotada à transformação do mundo a partir de “interesses” mais ou menos explícitos dos sujeitos. Definirei, então, a “tecnologia”, não como um tipo de objeto (como é o uso do senso comum), mas como um *processo*. A tecnologia reflete o modo como sociedades específicas organizam a relação entre conhecimentos pragmáticos disponíveis (Técnica), valores, interesses e o ambiente físico. Isso implica que, da maneira como a compreendo, a noção de tecnologia já possui, em si, um componente fortemente social. São os seres humanos em suas relações cotidianas que definem um conteúdo mais ou menos positivo, mais ou menos consciente e explícito, daquilo que desejam transformar. Direi, então, *que as tecnologias são os modos como saberes são socialmente articulados com a finalidade de realizar interesses socialmente válidos*.

Utilizo-me do termo “tecnologias”, no plural, como forma de frisar que, nas sociedades humanas, são múltiplos os modos de articulação dos conhecimentos, regidos por lógicas, necessidades e valores distintos e organizados de formas igualmente diferentes.

Os artefatos que emergem desta articulação tecnológica, marcados pela noção de finalidade, são o que denomino “objetos técnicos”. O termo “objeto técnico”, consagrado na literatura especializada por autores como Gilbert Simondon (2001), refere-se principalmente à ferramentas, instrumentos e máquinas com diversos graus de complexidade.

O objeto técnico é, portanto, um artefato que desempenha uma determinada função, realiza certo trabalho ou cumpre certa finalidade.

Caberia aqui uma discussão, impossível de ser realizada neste momento, sobre esse modo de conceber o objeto técnico, uma vez que até mesmo os chamados “bens de consumo” podem ser entendidos como objetos técnicos em dois sentidos: a) são objetos *produzidos* pelas tecnologias e b) são os objetos que realizam um trabalho específico para *produzir* algo. Um tear certamente é interpretável como um “objeto técnico”, mas uma camisa, produzida por um tear, também pode ser vista como um “artefato para aquecer o corpo”, entre outras funções e, assim, revelar-se também como um “objeto técnico”.

O problema de uma concepção tão alargada de “objeto técnico” é que ela acaba por abarcar praticamente toda a produção de artefatos. Talvez só restassem algumas fronteiras pouco discerníveis separando o “objeto técnico” de outras categorias de artefatos como os “objetos estéticos” ou “objetos religiosos”.² De forma geral, essa concepção permitiria apenas uma grande clivagem: a separação da produção humana e do mundo natural e, mesmo assim, a existência de grandes zonas nebulosas permite, por exemplo, que sementes produzidas pela biotecnologia sejam pensadas não como elementos do aparelho reprodutivo dos vegetais, mas “objetos técnicos”, derivados da articulação tecnológica de um determinado setor produtivo para cumprir certas finalidades.

Uma definição precisa e rigorosa de “objeto técnico” é, portanto, uma tarefa mais espinhosa do que pode parecer em um primeiro momento. Apesar da abrangência excessiva (que aponta para a necessidade posterior de uma discriminação mais refinada), creio que não seria inadequado conceber os objetos técnicos preliminarmente como *artefatos criados com a finalidade de produzir um efeito no mundo físico ou social*.

² Ainda assim, essa distinção seria um tanto arbitrária e ambivalente.

Assim, no esquema que adotarei, a Tecnologia atua no nível intermediário (social) entre a Técnica (nível abstrato) e o Objeto Técnico (nível concreto). Retomando o exemplo anterior, “cortar madeira” é um saber, que se articula socialmente a outros saberes em uma Tecnologia (formando, por exemplo, “áreas” como a carpintaria, a marcenaria, a marchetaria, a xilogravura), que se realiza a partir de objetos técnicos (martelo, serrote, serra elétrica) e que produz outros objetos técnicos (mesas, telhados, gravuras). Respectivamente, passamos do nível técnico para o tecnológico e, em seguida, para o nível concreto dos objetos.

● Tecnologia como processo social

Menos do que conceitos, essas “discriminações” efetuadas até o momento podem ser úteis para ressaltar alguns aspectos relevantes do problema em questão.

Em primeiro lugar, como apontei anteriormente, a tecnologia surge com um processo *social*. Conhecimentos (e modos de conhecer) disponíveis em cada sociedade são articulados de formas distintas, produzindo objetos técnicos distintos. O objeto técnico está, assim, intimamente vinculado ao modo como os sujeitos que o criaram e o utilizam enxergam a si mesmos e ao mundo. Há todo um Imaginário Social (Baczko, 2005), com seus juízos, ideias e representações, que se condensa e se materializa nos objetos técnicos partindo de juízos e escolhas operadas no nível tecnológico. As tecnologias são eminentemente *sociais* e *históricas*.

Em segundo lugar, em que pesem as críticas fundamentadas à visão instrumentalista da tecnologia (Feenberg, 2002), parece-me inegável que o objeto produzido pelo processo tecnológico contenha, a princípio, uma *finalidade*. O problema é reduzir a complexidade do objeto técnico à sua finalidade e é nesse sentido que o instrumentalismo não pode ser considerado inadequado, mas apenas insuficiente. Essa “finalidade” (poderia chamá-la de “função” ou até “utilidade”, em-

bora essas palavras já tenham sido suficientemente desgastadas pela crítica) é igualmente *social* em um primeiro momento, na medida em que ela só existe quando legitimada pela cultura e pelas condições materiais de um determinado grupo, afastando a hipótese essencialista.

Um dos autores contemporâneos que merece destaque por seu modo de tratar a tecnologia como um elemento *social* é Andrew Feenberg³, professor titular da cadeira de Filosofia da Tecnologia na Universidade Simon Fraser, do Canadá. Feenberg, discípulo de Herbert Marcuse, desenvolveu um conjunto de ideias sobre as relações entre o tecnológico e o social que ficou conhecido como Teoria Crítica da Tecnologia. O núcleo central dessa filosofia é a noção de *instrumentalização*.

Resumidamente, a Teoria Crítica da Tecnologia afirma que todo objeto técnico encontra o seu significado e suas potencialidades nas relações que estabelece com o entorno social. Ocorre, desta forma, uma dupla apropriação ou contextualização: num primeiro momento, o objeto técnico é constituído por um grupo de indivíduos que se dedicam a resolver um problema. Os termos em que esse problema é proposto e os modos válidos de sua resolução refletem escolhas e, portanto, valores e visões de mundo desse corpo de especialistas. O objeto técnico é, então, *codificado*, ou seja, são construídos a partir daquilo que os técnicos consideram a melhor solução disponível, dado um conjunto de possibilidades abertas em certo momento. A essa forma de codificação, Feenberg denomina *instrumentalização primária*.

Posteriormente, o objeto técnico adentra o universo social pelo uso concreto que dele farão os sujeitos sociais. No momento

do uso, a codificação é tensionada e ressignificada. Os “usuários” apropriam-se do objeto técnico de maneira criativa, muitas vezes chocando-se com os limites e com os valores produzidos no momento da instrumentalização primária. A esse segundo momento social, Feenberg denomina *instrumentalização secundária*.

Está dada, portanto, uma teoria sobre as transformações tecnológicas que também é uma teoria social: o desenvolvimento tecnológico resulta da dinâmica entre as instrumentalizações primária e secundária, ou seja, no lapso que há entre a produção e o uso dos objetos técnicos. Nas condições do modo capitalista de produção, esse desenvolvimento dá-se pela via do mercado, não sem a tutela mais ou menos explícita da Sociedade Civil e do Estado.

O que Feenberg contesta é a noção de uma certa autonomia da técnica (visão defendida por outros filósofos, como Heidegger e Jacques Ellul). Para ele, a tecnologia, como processo *social*, é o palco privilegiado para a disputa entre *valores concorrentes*. Reside aí, portanto, a possibilidade de uma *racionalização democrática*, ou seja, a abertura do design tecnológico a um maior número de atores e demandas, refletindo valores normalmente marginalizados no processo tecnológico regido basicamente pelas leis de oferta e demanda do mercado.

Uma dos valores abordados diretamente por Feenberg é a noção de “eficiência”. Pouca gente discordaria da ideia de que um objeto técnico deva ser “eficiente”, ou seja, que ele deva demandar a menor quantidade de esforços e recursos para desempenhar a sua função. A questão é que há vários pontos de vista socialmente válidos para definir o que é ou não “eficiente”.

Tomemos o caso hipotético de uma economia com alto nível de desemprego. A introdução de um equipamento que possibilite a automação de um setor produtivo significa “eficiência”? Do ponto de vista da empresa capitalista, sim: menos trabalho significa

³ Utilizarei-me, aqui, de uma versão digital da obra *Transforming Technology: a critical theory revisited*. Nesse livro, Feenberg não apenas sumariza sua concepção da Teoria Crítica da Tecnologia, mas revê alguns de seus argumentos iniciais, publicados em sua obra anterior *Questioning Technology*. A ausência de paginação das notas deve-se ao uso de uma versão digital não paginada. Para conhecer a obra de Feenberg em língua portuguesa, veja-se (Neder, 2010).

menos custos e, portanto, mais lucratividade. Do ponto de vista social, no entanto, isso não é muito claro, uma vez que a automação pode agravar o desemprego. Dois projetos e visões de mundo se chocam na definição de um objeto técnico “eficiente”. Outro ponto é a “segurança”: objetos e processos mais seguros podem ser mais caros e, portanto, dois valores distintos devem ser harmonizados no momento do *design*.

Dada a sua natureza social, as tecnologias não se referem apenas a valores, mas também a modos de sociabilidade. Os objetos técnicos são fundamentalmente contingentes: saberes podem ser articulados de modos particulares e a mesma função poderia ser desempenhada por objetos diferentes, induzindo *relações sociais distintas*. Um objeto técnico pode ser desenhado para atingir os mesmos objetivos concretos (finalidades) favorecendo a competição ou a colaboração, o encontro ou a distância, o diálogo ou a transmissão de dados, o local ou o global. Pode privilegiar a eficiência econômica ou a equidade social, a autonomia ou a heteronomia. Como afirma Feenberg, a tecnologia de hoje são os valores do passado.

Tecnologias e sociabilidades: o discurso tecnológico.

O desenvolvimento de um objeto técnico é também a *criação de formas de sociabilidade*. Os artefatos contêm um *design* social, ou seja, sua codificação contêm uma concepção prévia do modo como os seres humanos entram em relação: estabelecem hierarquias, assim como regimes específicos de propriedade e organização do trabalho. Inserem-se em cadeias produtivas capazes de facilitar ou dificultar a competição e a colaboração entre atores econômicos. Criam modas, desejos, representações e *estilos de vida*. Creio ser correta a intuição seminal de Baudrillard (2008), de que os objetos se organizam em um *sistema*, mas é necessário afirmar que esse sistema de objetos não diz respeito apenas às coisas, mas

ao próprio modo como os seres humanos entram em relação entre si no mundo social-histórico. Todo objeto técnico possui uma sociabilidade inerente a qual, por mais que seja aberta e indeterminada, induz certas práticas culturais em detrimento de outras.

Desta forma, a disseminação de uma tecnologia e de seus objetos técnicos correlatos pode ser interpretada como a generalização de uma visão de mundo e de um conjunto de valores, oriundos de um contexto social par-



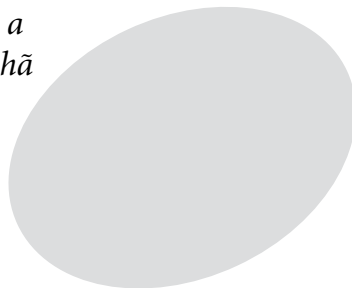
*Os discursos,
porém, não se
limitam à atribuição
de sentido e valor.
Eles também são, em
si, modos de ação e de
intervenção no mundo*

ticular, assim como de “finalidades” inerentes a esse contexto. O particular se mostra como universal e neutro, como pura necessidade e “tecnicidade”, obliterando sua contingência original. Esse processo, de transformação do particular em universal, pode ser descrito por um conceito das ciências políticas: *hegemonia* (Gruppi, 1978). Em uma metáfora mais ilustrativa, trata-se de uma *colonização*. Desta forma, pode-se deduzir que os *objetos técnicos induzem sociabilidades*.

Stephen Marglin (1980), por exemplo, argumenta que a tecnologia industrial, historicamente, não foi motivada apenas por uma necessidade de aumento de produtividade. A fábrica, como um *design* tecnológico, foi concebida prioritariamente para corroer o poder de decisão dos operários, fragmentando o processo produtivo e subjugando os trabalhadores. Uma grande e cara máquina industrial que produz apenas um “pedaço” de um produto final induz uma relação social específica: a relação empregado-patrão.

A sociabilidade inerente do objeto técnico, no entanto, não se revela apenas no uso pragmático e cotidiano dos aparatos. Ela também atinge o nível simbólico, seja indiretamente pelas estratégias de semiotização da mercadoria (Prado; Cazeloto, 2006), seja pelo fato de que o processo social da tecnologia também é sustentado por um *discurso tecnológico*. Fala-se sobre os artefatos com a mesma voracidade infinita como que esses mesmos objetos são produzidos, consumidos e descartados. O lançamento de uma nova “traquitana” é assunto nos principais jornais e revistas, que destacam, às vezes com

Como numa profecia, a crença de que o amanhã será de tal maneira nos induz a uma “adaptação prévia”, que exclui concepções alternativas



mais ênfase, o potencial *social* do novo aparelho do que propriamente suas funcionalidades. Os objetos técnicos são exibidos como marcas de *status* social e enraízam-se na banalidade das conversações cotidianas como índices de pertença a grupos específicos. Na mídia e fora dela, o discurso tecnológico marca o lugar dos objetos técnicos em nosso Imaginário.

O discurso tecnológico, da maneira como concebo aqui, deriva das análises realizadas pela chamada Análise do Discurso Pós-Estruturalista (Torfing, 1999), mais precisamente do pensamento de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.⁴ Para esses autores, os discursos são “totalidades estruturadas articulando elementos linguísticos e não-linguísti-

⁴ Não é o momento para uma revisão exaustiva das ideias de Laclau e Mouffe, tarefa que consumiria mais que o espaço destinado à totalidade deste trabalho.

cos” (Laclau, 2007). Um discurso é, antes de tudo, o resultado de uma operação semiótica e social pela qual os elementos do real entram em relação para produzir significados instáveis e sempre perpassados pelo antagonismo inerente aos grupos sociais. Assim, entendo o discurso como uma *articulação*, alinhando elementos e pessoas em torno de sentidos socialmente partilhados.

O sentido (das palavras e das coisas) não é algo natural, fechado ou previamente estabelecido, mas é o que resulta do embate entre discursos antagônicos no social. Decorre daí que o social é ele mesmo, causa e efeito do discurso. Aquilo que denomino “discurso tecnológico” é, assim, *o modo como o sentido e o valor das tecnologias são socialmente disputados e parcialmente estabilizados na experiência cotidiana dos sujeitos*.

Os discursos, porém, não se limitam à atribuição de sentido e valor. Eles também são, em si, modos de ação e de intervenção no mundo. Por constituírem-se em linguagens, os discursos são *performativos*, segundo a expressão de Austin na leitura realizada por Prado:

A linguagem não é somente um meio em que palavras designam objetos e estados de coisas no mundo por meio de representações mais ou menos adequadas segundo um método de correspondência, mas também um meio em que as coisas ditas servem para os enunciadores/agentes agirem. Dizer é fazer, eis o resumo da fórmula do performativo (Prado, 2013, p. 89).

Dessa forma, o discurso tecnológico *faz* ao *dizer*. Ele legitima formas de relações como os “amigos” do Facebook ou os “seguidores” do Twitter, sanciona as performances dos aficionados pelos objetos técnicos nomeando grupos como “gamers”, “ciberativistas”, ou “hackers” e naturaliza práticas culturais como a superexposição individual, a publicação caótica de textos e imagens, ou o *sampling*. O discurso tecnológico prescreve, ao descrever, os comportamentos tidos como adequados ou desejáveis, “anteados”

e compatíveis com o que se espera de um ser humano que “viva o seu tempo”. É, portanto, um *gerenciador de sociabilidades*.

● Sociabilidades gerenciadas: despotencialização do Imaginário

A hegemonia (lógica particular que atua como se fosse universal) não possui apenas uma dimensão espacial, disseminando formas específicas de sociabilidade inscritas na codificação do aparato técnico e naturalizadas pelo discurso tecnológico. Ela também atua no tempo, como uma forma de *colonização do futuro* (Pinto, 2005). Essa ideia também é utilizada por Richard Barbrook (2009) para designar o modo como as formas de poder tentam se “apropriar” do devir. Barbrook demonstra que, no decorrer da Guerra Fria, as duas grandes potências mundiais lutaram para construir uma utopia crível, uma versão do futuro que desse sentido, pela promessa de superação iminente, às dificuldades vividas no presente. O sacrifício e o trabalho árduo valeriam a pena porque, em pouco tempo, a terra prometida da felicidade sem esforços estaria às portas da humanidade. O conteúdo dessa “felicidade” (comunismo ou capitalismo) era o que estava em disputa pelas duas superpotências.

Do modo como interpreto a metáfora de Barbrook, a *colonização do futuro* é um processo específico de hegemonia que consiste na *despotencialização do Imaginário*. Como numa profecia autorrealizável, a crença de que o amanhã será de tal ou qual maneira nos induz a uma “adaptação prévia”, que exclui concepções alternativas e, portanto, que diminui as possibilidades de outros *mundos possíveis* (Gonzales, 2012). Se o Imaginário, do modo como concebe Castoriadis (1982) é a força motriz da transformação social e a capacidade inerente do ser humano de abrir-se à criação e ao novo, sua despotencialização significa continuidade, conservação, manutenção do mesmo. É necessário lembrar que, embora possa perder potência (e o pró-

prio Castoriadis admite essa possibilidade) o Imaginário não pode nunca ser extirpado, por tratar-se de uma força indissociável do humano. Mas ele pode ser “gerenciado” e é esse o efeito produzido pela *colonização do futuro*. Esse “gerenciamento” dá-se pela instituição de relações sociais legitimadas que emolduram e limitam o poder de transformação do Imaginário.

Uma organização dada da economia, um sistema de direito, um poder instituído, uma religião existem socialmente como sistemas simbólicos sancionados. Eles consistem em ligar a símbolos (a significantes) significados (representações, ordens, injunções ou incitações para fazer ou não fazer, consequências – significações, no sentido amplo do termo) e fazê-los valer como tais, ou seja, tornar esta ligação mais ou menos forçosa para a sociedade ou o grupo considerado (Castoriadis, 1982, p. 142).

O discurso tecnológico produz essa “ligação mais ou menos forçosa” e impõe à tecnologia, um significado específico. Como isso ocorre? O objeto técnico possui como disse anteriormente, a capacidade inerente de disseminar uma sociabilidade implícita. Mas, na nossa “sociedade da informação”, a tecnologia transformou-se em uma questão estratégica. O imaginário contemporâneo reverbera a noção de que a tecnologia é, senão a única, pelo menos a melhor solução para todos os problemas que afligem os sujeitos: de questões pessoais como beleza, “bem-estar” ou felicidade, a assuntos de alcance global como a governança dos Estados e as alterações climáticas, as “tecnologias da informação” (incluindo as neurotécnicas, a biotecnologia, a eletrônica de ponta e a informática)⁵ surgem como o caminho privilegiado para gerenciar os *riscos*⁶ da vida cotidiana, inclusive aqueles produzidos pelo

⁵ Laymert Garcia dos Santos, entre outros autores, compreende bem o papel político central do conceito (simplificado e instrumentalizado) de “informação” na tecnociência contemporânea. Essa visão é chave não apenas para a atuação da informática, mas de outras áreas como a biotecnologia e as neurociências. Veja-se (Santos, 2003).

⁶ Para uma noção mais precisa de “riscos” veja-se (BECK, 1992).

próprio aparato tecnológico. A tecnologia parece ser a única via legítima para o futuro, a ponto de nos descrevermos como uma “sociedade tecnológica” (como se pudesse haver alguma sociedade, em qualquer tempo, sem tecnologias).

No discurso tecnológico, o desenvolvimento dos artefatos se coloca como forma de lidar com os riscos e aproveitar as oportunidades. Antecipar e acompanhar de perto o furacão vertiginoso da sucessão de objetos técnicos torna-se um ponto crucial para a gestão do cotidiano. Isso porque o objeto técnico é cercado de expectativas (possíveis ou não), de sonhos e desejos de transformação. Em um mundo regido pela tecnologia, o discurso tecnológico constrói os artefatos como portadores da esperança de mudar mundo, nem que seja o ínfimo mundo vivido dos sujeitos. Dos delírios fáusticos que cercam a busca pós-humana pela imortalidade ao mais recente aparelho de ginástica oferecido pelo canal de compras da TV, não há limites para as *expectativas* que a tecnologia pode atender. O discurso tecnológico constitui, assim, aquilo que Bronislaw Baczko chama de um “Imaginário Social”:

El dispositivo imaginario asegura a un grupo social un esquema colectivo de interpretación de las experiencias individuales tan complejas como variadas, la codificación de expectativas y esperanzas así como la fusión, em el crisol de una memoria colectiva, de los recuerdos y de las representaciones del pasado cercano o lejano (Baczko, 2005, p. 30).

“Codificar expectativas” é, no discurso tecnológico, uma forma de gerenciá-las. As vicissitudes e tensões do mundo cotidiano são, por assim dizer, dirigidas para encontrar uma solução no desenvolvimento contínuo de “novos” artefatos e não em movimentos sociais ou na transformação radical dos modos de vida. Assim, o discurso tecnológico é um discurso que tenta guiar o Imaginário e, portanto, as possibilidades de transformação do social.

Uma das principais ferramentas utilizadas pelo discurso tecnológico é a *futurologia*. Como elemento discursivo, a futurologia busca descrever o devir como algo inscrito no presente. Fatos e fenômenos atuais são considerados “tendências” ou “indícios” de um amanhã que deve ser objeto de gerenciamento hoje, como forma de reduzir possíveis danos. Barbrook (2009, p. 246–247) ressalta o papel dos “futurólogos” na despotencialização do Imaginário, afirmando, ironicamente, que a futurologia tornou-se uma “disciplina acadêmica” que liga McLuhan a Daniel Bell na tentativa de “prever” um futuro no qual o social esteja irremediavelmente subordinado ao presente, pela via única do desenvolvimento tecnológico.⁷

Assim, o discurso logra “conduzir” o Imaginário por caminhos específicos, previamente traçados pelos engenheiros e tecnocratas, que reduzem os termos do debate social à questão de escolhas tecnológicas. Mais do que isso, a codificação das expectativas induz o surgimento dessas “sociabilidades gerenciadas”, nas quais o comportamento humano e as práticas culturais encontram-se definidas *à priori* em suas bases materiais, cada vez mais ancoradas nos objetos da tecnologia. No discurso tecnológico, o que seremos já está sendo produzido nas empresas futuristas do Vale do Silício. E não há opções.

De volta a Feenberg

Feenberg considera-se um otimista em relação às possibilidades do desenvolvimento tecnológico. De maneira muito apropriada, ele opera uma distinção entre “A” Tecnologia e “essa” tecnologia, ou seja, entre o modo genérico e trans-histórico como transformamos os saberes em objetos práticos e sua versão historicamente determinada, que é a *tecnologia sob o capitalismo*. E

⁷ O problema da subordinação do social ao tecnológico já foi apontado por Álvaro Vieira Pinto (2005) como uma das explicações para a perpetuação do subdesenvolvimento das nações periféricas do capitalismo industrial.

mesmo “essa” tecnologia (capitalista) não pode ser vista como um monolito coeso: ela apresenta fissuras, é permeável à demandas e instrumentalizações secundárias desviantes. A aposta de Fennberg reside naquilo que ele denomina “democratização tecnológica”, ou seja, a abertura do processo de criação dos objetos técnicos às pressões exercidas por valores diferentes daqueles que regem a simples acumulação de capital.

No entanto, creio que, em nome da coerência, as próprias opiniões de Feenberg devam ser confrontadas com sua teoria. A questão que se impõe é: quais são as reais probabilidades de uma “democratização tecnológica”, dadas as condições do mundo contemporâneo? A princípio, o processo tecnológico é *potencialmente* aberto às demandas democráticas, mas, quais são as condições concretas para que esse potencial possa ser efetivado? Do meu ponto de vista não há muito espaço para esperanças. Listo algumas razões para isso:

a) A tecnologia da informação (informática à frente) tornou-se o paradigma de desenvolvimento dos objetos técnicos, “engolindo”, cada vez mais, outras possibilidades concorrentes. Pensar no desenvolvimento tecnológico, neste momento, impõe que se tenha em vista essa “hegemonia” de uma única tecnologia frente as demais, criando uma tendência inexorável à informatização generalizada do cotidiano (Cazeloto, 2008). Ocorre, então, o monopólio de uma tecnologia e de suas sociabilidades associadas, em detrimento da diversidade de contextos de apropriação pela Instrumentalização Secundária.

b) Ainda no que diz respeito ao conceito de Instrumentalização Primária é necessário reconhecer que a distribuição dos “criadores” da tecnologia informática e, portanto, das estratégias sociais de orientação do *design* desses objetos técnicos é extremamente concentrada, social e geograficamente. No setor informático, um pequeno número de empresas privadas oriundas de algumas regiões industrializadas é responsável pela

codificação de um grande número de aparatos, distribuídos em escala planetária. Os valores e visões de mundo que encontram-se incorporados a esses aparelhos, portanto, refletem apenas marginalmente os contextos concretos de utilização.⁸ No momento da Instrumentalização Secundária, os usos e apropriações de populações inteiras são simplesmente ignorados e não se encontram em posição de influenciar, com suas demandas, o *design* das inovações. A maior parte das



A presença quase exclusiva de empresas privadas, dominadas por grandes grupos de administração familiar, impõe um conjunto de valores pouco diversificado

peças entram na contabilidade das grandes corporações apenas como “usuários” que devem adaptar-se à codificação concebida e implementada alhures.

c) Outro fator relevante é o próprio processo social de formação e circulação de valores, o qual é altamente dependente do aparato midiático e a própria configuração conjuntural deste aparato tende a fazer predominar visões de mundo específicas. Ao lado de uma elite “criadora” das tecnologias, a elite midiática é altamente relevante no estabelecimento dos valores que serão codificados nos objetos técnicos e, portanto, o poder de interferência não pode ser concebido como igualmente distribuído. Mesmo com uma possível “dispersão” das fontes de informação que estaria sendo possibilitada pela Internet, o fato é que

⁸ Em que pese uma certa descentralização na produção de aplicativos, principalmente com o advento dos *tablets* e *smartphones*. Não creio, entretanto, que isso mude de forma consistente o cenário, uma vez que os *softwares* básicos (como os sistemas operacionais e as linguagens de programação) continuam obedecendo à lógica de centralização.

a grande maioria dos sujeitos ainda tem sua fonte de informação primária nas grandes corporações midiáticas.

Se a Instrumentalização Secundária ocorre nos múltiplos contextos locais de recepção e uso concreto dos objetos técnicos, uma análise que tente escapar da generalização imposta pela noção de “potencial democrático” tem que levar em conta as particularidades de cada sociedade. Se há um verdadeiro “potencial” para abrir as tecnologias e pluralizar o discurso tecnológico, esse potencial não é bem distribuído, sendo maior em alguns contextos que em outros. Assim, para falarmos, por exemplo, do Brasil, é necessário levar em conta nossas idiosincrasias.

No caso particular do Brasil, abstraindo as enormes diferenças regionais que marcam o país desde o princípio de sua colonização, a situação aponta para uma enorme dificuldade estrutural em produzir demandas contra-hegemônicas no campo das tecnologias eletro-eletrônicas em geral e das tecnologias digitais em particular. Para essas tecnologias, tende a prevalecer a Instrumentalização Primária sobre as possibilidades da Instrumentalização Secundária, inserindo os brasileiros e brasileiras apenas como usuários finais. Não que essa situação seja exclusiva do Brasil: sabe-se que, por serem normalmente produtos “globais”, os criadores das tecnologias informáticas optam por pressupor um usuário igualmente “global” e abstrato, ou seja, independente de condições e demandas locais.

Outro ponto importante que atua para reduzir as virtuais pressões da Instrumentalização Secundária é o modelo midiático brasileiro, extremamente oligopolizado. A presença quase exclusiva de empresas privadas, dominadas por grandes grupos econômicos de administração familiar, impõe um conjunto de valores e visões pouco diversificado, em que predominam claramente os interesses do grande capital.

É importante frisar que isso não significa a inexistência de Instrumentalizações Se-

cundárias, o que seria, de resto, impossível. O que esse contexto revela é a dificuldade de populações como a brasileira intervirem, a partir de seus usos e demandas, nas formas e nos valores do *design* tecnológico, principalmente no campo de tecnologias complexas globais, como é o caso da informática e seus derivados. As apropriações locais (usos e ressignificações) ocorrem inevitavelmente, mas não chegam a constitui-se como demandas capazes de alterar o *significado* hegemônico das tecnologias e, portanto, de construir autonomamente novas articulações.

Conclusão

Se formos capazes de pensar a tecnologia como um processo social, para além de supostas “essências” trans-históricas, perceberemos que ela é, crescentemente, o espaço político mais privilegiado das sociedades contemporâneas. É ali, no momento e no lugar da concepção dos objetos técnicos, que surgem e se desenvolvem formas de sociabilidade de grande repercussão na vida cotidiana.

Os objetos técnicos são elementos constituintes do modo como damos significado ao mundo e a nós mesmos. São produzidos, usados e falados, criando um *discurso tecnológico* que se desdobra em uma visão do futuro, interferindo em nossos sonhos e utopias e, portanto, no nosso potencial de transformação do mundo. O discurso tecnológico atual, nas condições do capitalismo triunfante, tenta se apropriar do futuro, gerenciando as sociabilidades para conformá-las a um modelo social no qual o devir não pode ser outro senão a continuação do presente. Trata-se de uma forma de *despotencialização do Imaginário*, capaz de minimizar o potencial de uma racionalização democrática da tecnologia. Como poderemos ser algo diferente, se continuarmos sonhando que somos sempre os mesmos?

(artigo recebido abr.2014/ aprovado abr.2014)

Referências

- BACZKO, Bronislaw. **Los imaginario sociales**: memorias y esperanzas colectivas. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.
- BARBROOK, Richard. **Futuros Imaginários**: das máquinas pensantes à aldeia global. São Paulo: Peirópolis, 2009. Disponível em http://futurosimaginarios.midiaticata.info/futuros_imaginarios.pdf. Acesso em: 01 mai. 2014.
- BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- BECK, Ulrich. **Risk Society**: towards a new modernity. Sage: Thousand Oaks, 1992.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CAZELOTO, Edilson. "A Monocultura Informática". In: **Revista Significação**. v. 35, n. 29. São Paulo: Annablume/USP, 2008, p. 99-114.
- FEENBERG, Andrew. **Transforming Technology**: a critical theory revisited. New York: Oxford University Press, 2002. Versão digital.
- GONZÁLEZ, Jorge A. **Entre cultura(s) e cibercultur@(s)**: incursões e outras rotas não-lineares. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2012.
- GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- LACLAU, Ernesto. **On populist reason**. Londres; Nova Iorque: Verso, 2007.
- FRANSEN, Maarten; LOKHORST, Gert-Jan; VAN de POEL, Ibo, "Philosophy of Technology", **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Winter 2013 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em <http://plato.stanford.edu/archives/win2013/entries/technology>. Acesso em 15 fev. 2014.
- NEDER, Ricardo T. (org.). **Andrew Feenberg**: Racionalização democrática, poder e tecnologia. Série Cadernos CCTS. v. 1. n. 3. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/ Centro de desenvolvimento sustentável, 2010.
- PRADO, José Luiz Aidar. **Convocações biopolíticas dos dispositivos comunicacionais**. São Paulo: Educ, 2013.
- _____.; CAZELOTO, Edilson. "Valor e comunicação no capitalismo globalizado". In: **e-compós**. Revista eletrônica da COMPÓS. n. 6. set. 2006.
- PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia** (vols. 1 e 2). Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- SANTOS, Laymert Garcia dos. **Politizar as novas tecnologias**: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética. São Paulo, ed.34, 2003.
- SIMONDON, Gilbert. **Du mode de existence des objets techniques**. Paris: Aubier, 2001.
- TORFING, Jacob. **New Theories of discourse**: Laclau, Mouffe and Zizek. Wiley-Blackwell: Oxford, 1999.
- MARGLIN, Stephen A. Origem e funções do parcelamento das tarefas: para que servem os padrões? In: GORZ, A. (Org.). **Crítica da Divisão do Trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

